



Projeto de Resolução 1195/XIV/2.^a

RECOMENDA AO GOVERNO A TESTAGEM MASSIVA, RECORRENTE E PRIORITÁRIA DOS PROFISSIONAIS CUJA ATIVIDADE OBRIGUE A CONTACTO PERMANENTE COM O PÚBLICO

Perante a evidência de que o ritmo de vacinação não supera o ritmo de propagação do vírus e que a imunidade de grupo, a solução mais óbvia para travar a pandemia, está ainda longe de ser alcançada, é consensual na comunidade científica de que a estratégia para desconfinar terá de passar pela testagem massiva da população.

Manter o confinamento garantiria o controlo mais eficaz da pandemia, mas é uma solução irrealista, considerando os danos socioeconómicos associados, alguns deles já irreparáveis fruto de dois períodos de confinamento geral. É, por isso, necessário garantir que o desconfinamento é realizado com eficácia máxima, de forma a não ser necessário voltar a travar a fundo a economia e a “encerrar” o país. Tal eficácia depende, não só de um elevado número de testes, como do consequente rastreio em tempo útil (nas 24 horas seguintes) de todos os contactos de alto, médio e baixo risco dos casos positivos, de forma a identificar toda a cadeia de transmissão e isolá-la, impedindo a sua propagação.

Apesar de na mensagem política associada ao desconfinamento ter sido demonstrada sempre a consciência da importância da testagem massiva, os números efetivos dos testes realizados não confirmam essa consciência. Se, no pico da pandemia, Portugal chegou a realizar mais de 65 mil testes por dia, e foi sempre dito que teria condições para testar mais,

após o desconfinoamento, entre o final de março e a primeira semana de abril, o número de testes caiu a pique para entre 12 a 20 mil pessoas por dia, somando testes PCR e antigénio.

A 10 de fevereiro, a ministra da Saúde anunciou a intenção de iniciar a testagem massiva da população e dois dias depois a Direção Geral de Saúde (DGS) publicou uma atualização à norma 019/2020 que alarga a testagem ao SARS-CoV-2 a todos os contactos, incluindo a realização de testes moleculares aos de baixo risco “no momento da identificação” do contacto, o que permitiria dar seguimento aquela que tem sido sempre a posição defendida pelo PSD: “é necessário testar, testar e isolar”.

As mesmas indicações da DGS de fevereiro previam também a testagem em massa em determinados “contextos ocupacionais de elevada exposição social”, como por exemplo em fábricas e na construção civil¹.

Dois meses depois, essa testagem massiva ainda não aconteceu, nem na comunidade geral nem em grupos concretos identificados, tendo Manuel Reis Campos, presidente da Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas (AICCOPN), chegado a classificar a testagem em massa na construção civil como “uma miragem”².

No dia 6 de abril (último dia de que há registos comparáveis com os restantes países europeus a referir), Portugal registava uma média dos últimos sete dias de 3.03 testes por cada mil habitantes, quando a Itália registava 4.41 testes, a Bélgica, 4.25 testes por cada mil habitantes e o Reino Unido, no topo da lista, realizava mais de 12.3 testes por cada mil habitantes por dia (apesar de estar a atingir a imunidade de grupo)³.

O Grupo Parlamentar do PSD considera que esta realidade, que será mascarada nos próximos dias pelos números da testagem da comunidade educativa, traduz um relaxamento do Estado em relação a uma daquelas que devem ser as suas duas grandes preocupações neste momento: testar (eficazmente) e vacinar.

¹ <https://covid19.min-saude.pt/direcao-geral-da-saude-atualiza-estrategia-nacional-de-testes/>

² <https://www.msn.com/pt-pt/financas/casas/covid-19-testagem-em-massa-na-constru%C3%A7%C3%A3o-uma-miragem-mas-fiscaliza%C3%A7%C3%A3o-vai-apertar/ar-BB1fsyYT?li=BB0PRml>

³ Fonte: Our World in Data - <https://ourworldindata.org/coronavirus/country/portugal>

De notar que o simples aumento do número de testes não representa um comportamento mais responsável ou um maior combate à propagação do vírus. Se a ação posterior à identificação dos casos positivos não for consequente e em tempo útil, os testes resultam inúteis. Contudo, números baixos de testagem traduzem diretamente números baixos de casos identificados e, por isso, fraco controlo da propagação, o que compromete gravemente a estratégia de desconfinamento em conformidade com a proteção da Saúde Pública.

Existem profissionais que, pela natureza das suas funções, estão sujeitos a um maior risco de contágio e, naturalmente, de serem hospedeiros e transmissores do mesmo para terceiros. Este é o caso, para além dos operadores de fábricas e trabalhadores da construção civil, dos operadores de supermercado ou de estações de serviço, condutores de transportes públicos ou prestadores de serviços públicos presenciais que, durante a pandemia, nunca pararam; como também é o caso dos trabalhadores de comércio, restauração, ginásios, monumentos e todas as atividades que estão e vão ser reativadas nas diferentes fases de desconfinamento.

O Grupo Parlamentar do PSD, preocupado sobretudo com o cumprimento do objetivo máximo de prevenir a propagação do vírus, considera que seria da maior relevância que sejam identificados os grupos prioritários a testar e se proceda a um plano de testagem massiva e recorrente, de forma organizada e segura.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo:

1. Proceda à testagem massiva prioritária de todos os profissionais não vacinados e cuja atividade os obrigue a contacto permanente com o público, e que dê o eficaz seguimento aos casos positivos, identificando e isolando, de forma a travar as suas cadeias de transmissão;
2. Concretize um plano de testagem que preveja a recorrência periódica de testagem dos grupos profissionais incluídos na previsão do número anterior.

Palácio de S. Bento, 12 de abril de 2021

Os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD

Adão Silva

Ricardo Baptista Leite

António Maló de Abreu

Sandra Pereira

Rui Cristina

Álvaro Almeida

Ana Miguel dos Santos

António Cunha

Artur Soveral Andrade

Bruno Coimbra

Carlos Eduardo Reis

Cláudia Bento

Cristóvão Norte

Fernanda Velez

Helga Correia

Hugo Patrício Oliveira

Mónica Quintela

Sara Madruga da Costa